

---

# O IMPACTO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA LEITURA SOBRE SETORES SELECIONADOS NO PERÍODO DE 1995 A 2013

Mara Lucy Castilho\*

**RESUMO:** Frente o cenário de baixo crescimento da economia brasileira e perda de participação do setor industrial na atividade econômica, o que caracteriza um processo de desindustrialização, o presente estudo buscou quantificar a participação dos principais setores produtivos, quais sejam: indústria, comércio e serviços, a fim de observar a contribuição de cada na geração de produto. Posteriormente foi analisado o mercado de trabalho, tanto no que se refere à participação dos setores, como quanto as variáveis: permanência no mesmo posto de trabalho e remuneração média dos trabalhadores. A principal conclusão é de que o setor industrial, embora tenha perdido participação no mercado de trabalho no período analisado, é o setor que apresenta a menor rotatividade em seus postos de trabalho, bem como conta com os melhores salários, comparativamente aos setores serviços e comércio.

**Palavras-chaves:** Indústria; Salários; Rotatividade.

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre o processo de desindustrialização no Brasil não é algo acabado. Contudo, vários estudos comprovam tal fenômeno, ou seja, mostram que a indústria perde participação relativa na atividade econômica, assim como seus trabalhadores também participam cada vez menos do mercado de trabalho formal. O presente estudo assume que a desindustrialização ocorre na economia brasileira e a partir desta premissa desenvolve suas considerações.

O Brasil apresenta perda de participação da indústria no PIB, sendo que este setor perde competitividade e até apresenta retração de sua atividade. Este encolhimento da atividade industrial brasileira é refletido no mercado de trabalho, pois quando a indústria perde força ocorre uma diminuição em seus postos de trabalho e/ou diminuição no ritmo de geração de empregos formais.

Já o setor de serviços no Brasil tem crescido acentuadamente nos últimos anos, em decorrência do aumento do consumo, aumento do crédito, maior facilidade de importação de bens para o comércio com câmbio mais valorizado, etc. Isso acarreta um aumento do setor de serviços na composição do PIB do país, aumenta a participação na economia como um todo e isto reflete no mundo do trabalho. Com esse aquecimento do setor de serviços, comércio, aumenta o número de vagas de trabalho ofertadas para esse setor, atraindo cada vez mais pessoas. Desta forma, pode-se inferir que ocorre um processo de transferência dos postos de trabalho da indústria para o comércio/serviços.

Com o intuito de verificar o comportamento da geração de produto setorial, bem como seus reflexos no mercado de trabalho, este estudo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção seguinte é apresentada uma breve discussão sobre o processo de desindustrialização no Brasil, com base em algumas das principais referências. Na segunda seção é caracterizado o mercado de trabalho e na seção seguinte são apresentados os dados e feita a análise dos mesmos. Por fim são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## 2. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Segundo Lamonica e Feijó (2011), a economia brasileira, nos anos de 1940 cresceu muito, diversificando a sua produção, crescendo sua indústria, mas, na atualidade, a indústria brasileira vem

---

\* Professora Adjunta/ Departamento de Economia/UEM.

perdendo poder, força de crescimento em comparação com outros países concorrentes do Brasil. Na história brasileira, todo o desenvolvimento de indústrias foi voltado para o comércio interno, para substituir o que era importado e não para exportar produtos industrializados. Em relação às mudanças na estrutura produtiva brasileira, é a partir da década de 1950 que a evolução do setor industrial adquire maior impulso com a implantação da indústria pesada. Nos anos 1970 é clara a existência de uma política industrial, a qual era composta por um conjunto de medidas protecionistas e de estímulo à industrialização, como barreiras tarifárias e administrativas e, incentivos fiscais e de crédito. O primeiro tipo de medidas reduzia a concorrência externa, ao passo que o segundo estimulava os investimentos.

Em análise para a economia brasileira, Lamônica e Feijó (2011) apresentam que no período de 1967 até 1980 ocorreu crescimento econômico acelerado e liquidez internacional e, portanto, grande crescimento da economia, porque também o cenário internacional favorecia enormemente o Brasil, com elevada liquidez internacional e capacidade ociosa na economia. Essa fase favoreceu o desenvolvimento e a diversificação da indústria nacional. Mas, nesse período a indústria brasileira ainda não estava totalmente desenvolvida, ela ainda não conseguia manter a balança de pagamentos num estado bom e tão pouco contribuía para manter o alívio da restrição externa ao crescimento. Com as crises do petróleo e problemas com pagamento de dívida externa, programas desenvolvimentistas para a economia foram cancelados, programas que conseguiram fazer com que a indústria, por exemplo, desse um grande salto no período de 1970.

Já no período de 1981 até 2006 houve ausência do crescimento econômico. Esse período é dividido em outros dois, um inicial onde há baixo crescimento da economia, ainda agravado pela alta da inflação e num segundo momento, com período de crescimento baixo, porém com uma economia já estabilizada, ou seja, com uma inflação baixa. O primeiro período compreende os anos de 1981 até 1994, o qual é traduzido como crescimento econômico lento, com escassez de divisas e inflação alta. Nesse período, com a economia com graves problemas de inflação, a questão do crescimento econômico foi deixada de lado para conter o que era tido como principal problema, pela política macroeconômica. O baixo crescimento da indústria levou também a um baixo crescimento do produto interno nesse período, conforme atestam as duas primeiras leis de Kaldor: se um crescimento acelerado da indústria induz tanto um aumento na produtividade quanto do produto agregado, um menor crescimento do primeiro explica também um menor crescimento dos dois últimos. Mesmo nesse período, a balança de pagamentos estando superavitária, não tinha condições de manter o nível de importações da qual o país desejava, mantendo a economia estagnada. O crescimento das exportações nesse período não foi suficiente para evitar a necessidade de uma queda nas importações via contração da renda como meio de gerar saldos em divisas e cobrir a remessas de rendas para o exterior (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

No período de 1995 a 2006 houve crescimento econômico lento e estabilidade de preços. Esse período é caracterizado também pela abertura econômica e financeira e déficits na balança comercial, seja pela abertura comercial, seja pela política cambial que ocasionou a valorização real da moeda, aumentando a vulnerabilidade da economia brasileira a choques externos. A produtividade do trabalho nesse período é crescente e proporcionalmente maior que nos períodos passados, isso se dá porque houve uma reestruturação produtiva no sentido de propiciar uma maior especialização da indústria com ganho de peso de alguns setores, principalmente, aqueles intensivos em recursos naturais. Para Lamônica e Feijó (2011), a mudança no regime de política econômica de um modelo mais intervencionista para um modelo mais neoliberal levou ao fim da política industrial e comercial, que junto com as mudanças nos preços relativos, taxa de câmbio efetiva e estrutura institucional levaram o

país a uma posição de vantagem comparativa tradicional estática, especificamente em recursos naturais e trabalho, aumentando a produtividade.

Para Nassif (2008), a perda de participação da indústria em comparação com o setor de serviços é mais acentuada no mercado de trabalho do que no produto da economia em si. Isso se deve ao aumento da produtividade da indústria que faz cair os preços dos bens industrializados, modificando as curvas de demanda. Esse mesmo aumento da produtividade da indústria se deve a métodos poupadores de mão de obra, como novas tecnologias, fazendo com que a mão de obra migre para o setor de serviços.

Para Soares, Mutter e Oreiro (2011), a taxa de câmbio pode interferir fortemente na economia como um todo. O problema do câmbio como excessivas apreciações pode impedir e tem impedido que várias economias em desenvolvimento alcançassem um estágio melhor de crescimento, isso leva a uma perda de competitividade do setor industrial. Mas a existência de um câmbio real apreciado ou sobrevalorizado não é suficiente para caracterizar a desindustrialização. Vários fatores também influenciam na queda do emprego na indústria, como o saldo na balança comercial industrial e as importações de países menos desenvolvidos, denominados como fatores externos. Os resultados encontrados por esses autores mostraram que nos países desenvolvidos os fatores internos constituem a principal razão da redução do emprego na indústria.

Sendo assim, a desindustrialização permite a migração da força de trabalho do setor industrial para o setor serviços, sobretudo quando o país atinge níveis elevados de renda *per capita*. Embora o Brasil não apresente patamares elevados desta renda, diversos estudos comprovam a desindustrialização no país, logo, resta saber qual o comportamento do mercado de trabalho no que tange ao número de postos de trabalho, tempo médio de permanência no emprego, remuneração média do trabalhador, entre outras variáveis. A comparação entre os setores industrial, serviços e comércio pode elucidar a tendência apresentada e qual setor contribui para melhor acolher o trabalhador.

### 3. O MERCADO DE TRABALHO

De acordo com Baltar (2010) é evidente a desorganização no mercado de trabalho brasileiro em resposta à evolução da economia na história recente do país. Com a estagnação econômica da década de 1980, elevada inflação e posteriormente a abertura comercial nos anos de 1990, o desemprego aumentou significativamente no Brasil e os trabalhos informais aumentaram sua participação do mercado de trabalho como um todo. Após a desvalorização do real em 1999, o nível de emprego no país começou a crescer, apresentando taxas muito superiores as vistas na década passada. Porém, mesmo sendo visto uma diminuição do nível de trabalho sem carteira assinada, este continuou elevado, pelo baixo nível dos salários e a instabilidade dos vínculos de trabalho.

Baltar (2010) enumera algumas características que justificam o aumento no nível de emprego formal do Brasil, no decorrer da história recente. Primeiramente, o governo necessitou aumentar os impostos para conter a inflação, predominante no início dos anos 1990, e com isso impôs uma necessidade maior, por parte do Estado, para que ocorresse maior formalização do mercado de trabalho. Aliado a isto estava o aumento de gastos com despesas sociais, que fez com que os setores de saúde e educação aumentassem seus quadros de funcionários, segmentos que diretamente geram empregos formais. Outra fonte de crescimento do emprego formal seria o aumento no atendimento da demanda doméstica de crédito dos últimos anos, pois isso facilita a atividade econômica. Uma terceira fonte deste aumento seria o aumento do superávit da balança comercial brasileira, pois nas exportações predominam empresas grandes que praticam substancialmente a formalidade de seus postos de trabalho. Outro importante fator para a formalização do mercado de trabalho seria a simplificação e desoneração de

impostos para pequenas empresas. E finalmente, o aumento da fiscalização dos contratos de trabalho por parte do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para Gonzaga (1998), o maior problema do mercado de trabalho brasileiro é a baixa produtividade da mão de obra e não a formalização dos postos de trabalho. A qualidade da mão de obra está diretamente associada à produtividade do trabalho, uma população mais qualificada tende a ser mais produtiva, não só qualificada através da educação e especializações, mas também dos treinamentos adquiridos dentro das empresas. Por este sentido, o autor mostra que apenas um aumento da formalização do mercado de trabalho, não basta, pois uma alta rotatividade dessa mão de obra dificulta o aumento da produtividade, pois neste contexto, as empresas tem dificuldade em investir em treinamentos para seus funcionários e, por consequência, a qualidade do emprego não aumenta.

Outro dado importante para se analisar o quadro geral dos salários da economia é o de que aproximadamente 6% dos salários da indústria de transformação e extrativa, são provenientes de microempresas e aproximadamente 12% dos salários são emitidos por empresas de pequeno porte. Podendo-se assim ponderar que a maior parte dos salários deste setor industrial provém de empresas de maior porte (CAVALCANTE, 2015).

Segundo Oreiro (2013), a economia brasileira se encontrava numa situação de estagnação já em 2012, quando a economia cresceu 2,7% em 2011 e havia previsão de crescimento inferior a 1% para o ano de 2012. Esta estagnação da economia brasileira, de crescimento baixo do PIB no decorrer dos anos se encontra ao mesmo tempo em que existe uma baixa taxa de desemprego, se comparado com outros momentos vividos pela economia do Brasil. Estas duas situações: pleno-emprego e estagnação econômica é aparentemente incompreensível por economistas de visão Keynesiana, pois um nível de emprego elevado seria explicado por um nível de demanda efetiva da economia também elevado e esta situação deveria ser um incentivo para que empresários realizassem mais investimentos e, assim, aquecer a economia.

Contudo, o período compreendido entre 2000 e 2013 apresentou taxas elevadas de emprego formal no Brasil, diretamente atreladas ao crescimento econômico. Este, por sua vez, pode ser explicado por diversos fatores, sendo que o consumo das famílias ganha importância a partir de 2003 e passa a explicar a dinâmica de crescimento e geração de emprego (CARVALHO, GERIONI, BATISTA, 2017)

De acordo com Amorim e Corseuil (2016), a partir do ano de 2015 houve uma reversão da tendência de bons indicadores do mercado de trabalho brasileiro. Indicadores emblemáticos são a taxa de desemprego e a taxa de informalidade. A taxa de desemprego cresceu, embora a população ocupada tenha se mantido praticamente estagnada, passando de 92,3 milhões no terceiro trimestre de 2014 para 92,1 milhões no terceiro trimestre de 2015. Neste mesmo período, a taxa de informalidade cresceu de 44,1% para 45,1%.

#### **4. UMA LEITURA SOBRE A EVOLUÇÃO DOS SETORES INDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Com o intuito de caracterizar a evolução setorial da economia brasileira, a análise que segue baseia-se na indústria de transformação (a mais representativa dentro o setor industrial), comércio e serviço, tanto no que se refere à produção, quanto ao mercado de trabalho<sup>1</sup>.

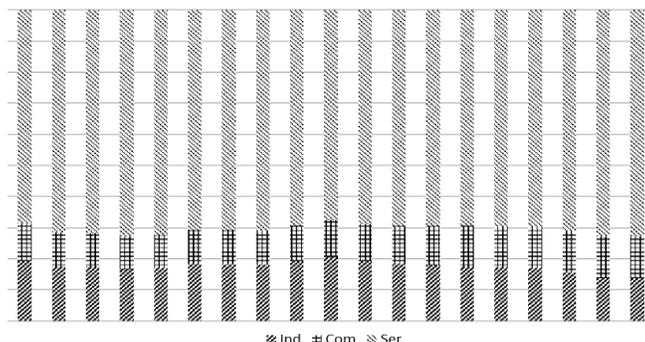
As variáveis utilizadas para o mercado de trabalho foram: número de postos de trabalho dos setores, tempo de permanência no emprego (dado pelo número de trabalhadores que permaneceram no mesmo posto de trabalho por mais de 60 meses, de 24 a 59,9 meses, de 12 a 23,9 meses e até 11,9

<sup>1</sup> Os dados foram coletados da Relação Anual de Informações Sociais (PME), além de dados coletados da Pesquisa Mensal de Emprego e do Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada (IPEADATA).

meses), remuneração média dos trabalhadores (em salários mínimos). Para caracterizar a produção utilizou-se o PIB de cada setor selecionado, no período de 1995 a 2013.

Quando se observa a distribuição percentual do PIB da economia brasileira (Figura 1), percebe-se que durante todo o período de análise o setor serviços foi responsável por 70% ou mais do total. O que chama a atenção é a perda de participação da indústria (de 20% em 1995 para 12% em 2013, aproximadamente) para o comércio (em menor monta) e, principalmente para o serviços.

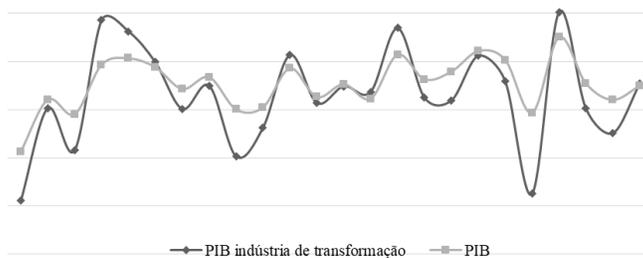
**Figura 1.** Participação (%) do PIB setorial no PIB total do Brasil – 1995 a 2013.



Fonte: Ipeadata (2015).

De acordo com Kaldor, a indústria é o setor mais dinâmico da economia e, portanto, responsável pelo crescimento econômico (THIRLWALL, 2005). Isto pode ser comprovado quando se analisa a relação existente entre as variações do PIB industrial e do PIB total, conforme Figura 2.

**Figura 2.** Variação real do PIB e do PIB Indústria transformação - 1990-2013.

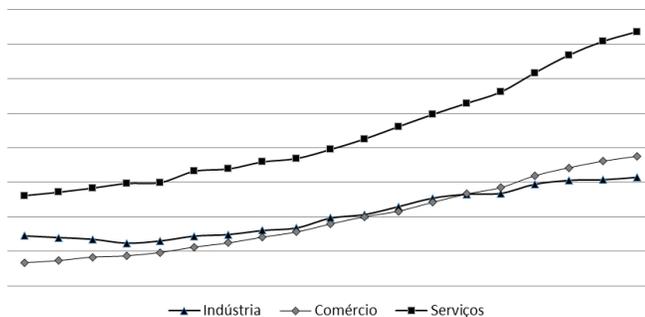


Fonte: Elaborado a partir dos dados do Ipeadata (2015).

Pode-se notar uma forte correlação existente entre a expansão do produto da indústria de transformação e do PIB brasileiro no período em questão. Ambas as variáveis apresentam alta volatilidade e baixas taxas de crescimento médio anual. Entre 1990-1999, o PIB foi de 1,6% a.a., enquanto a indústria de transformação teve crescimento médio anual de 0,4%. O crescimento médio industrial exibido para os anos 2000 a 2013 foi de 2,3% a.a., contra 3,4% a.a. do PIB.

Quando se analisa o mercado formal de trabalho (Figura 3), pode-se perceber que o emprego no comércio ultrapassou o emprego na indústria no ano de 2008, e não mais regrediu. O emprego no comércio já vinha crescendo desde 1995 enquanto o da indústria caíndo, mais acentuadamente até 1997 e no período de 2010 em diante. Historicamente serviços foi o setor que mais empregou no país, porém apresentando crescimento no número de empregos gerados, principalmente após o ano de 2010 e isso pode ser em decorrência da política de incentivo ao consumo feito pelo governo.

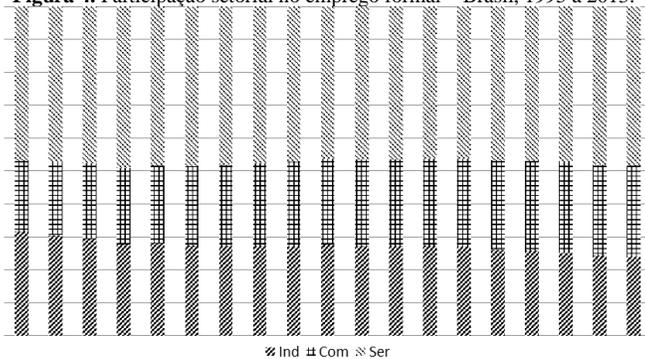
**Figura 3.** Empregos Formais (postos de trabalho) na Indústria, Serviços e Comércio do Brasil no Período de 1995 a 2013.



Fonte: RAIS (2015).

Quando se observa a participação setorial no emprego, a situação é bastante semelhante à do PIB, contudo, os percentuais se modificam (Figura 4).

**Figura 4.** Participação setorial no emprego formal – Brasil, 1995 a 2013.



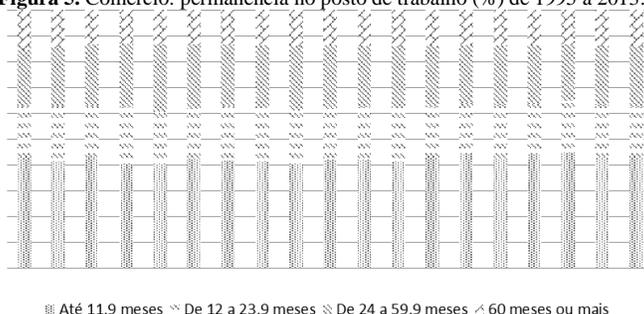
Fonte: RAIS (2015).

Embora o setor serviços ainda seja responsável por grande parte dos postos de trabalho (em média 50% destes, aproximadamente), o comércio ganhou participação (saiu de 20% em 1995 e passou para 25% em 2013), ao passo que a indústria caiu de 30% para 25% em média, dos postos de trabalho no período em questão.

Cabe a observação que o comércio apresenta alta rotatividade em seus postos de trabalho (Figura 5). Em torno de 40% de seus trabalhadores permanecem no emprego até 11,9 meses, ou seja,

menos de um ano. Outros 20% permanecem de 12 a 23,9 meses, o que caracteriza em torno de 60% dos trabalhadores com menos de dois anos no mesmo posto de trabalho. Dos 40% restantes, aumentou a participação daqueles que permanecem de 24 a 59,9 meses no trabalho (25% em 2013) e diminuiu a participação daqueles que ficam de cinco anos ou mais no trabalho (15% em 2013).

**Figura 5. Comércio: permanência no posto de trabalho (%) de 1995 a 2013.**

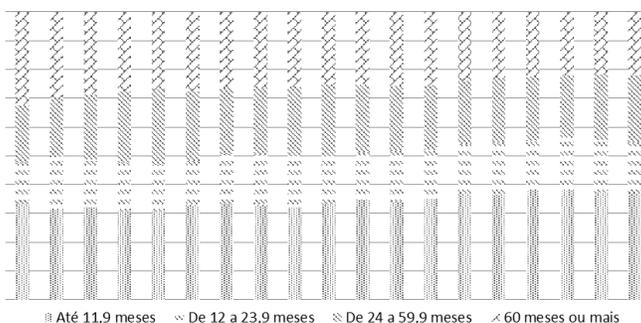


■ Até 11,9 meses ▽ De 12 a 23,9 meses ≡ De 24 a 59,9 meses ⊥ 60 meses ou mais

Fonte: RAIS (2015).

Quando se olha para o setor serviços (Figura 6), o maior responsável por postos de trabalho no Brasil, a situação vem se agravando com o passar do tempo. No início do período de análise, em torno de 48% dos postos de trabalho eram ocupados por até 23,9 meses. Já em 2013, este percentual saltou para 54%. A contração dos trabalhadores que permaneciam cinco anos ou mais no trabalho foi de aproximadamente 11 pontos percentuais (de 32% para 21%).

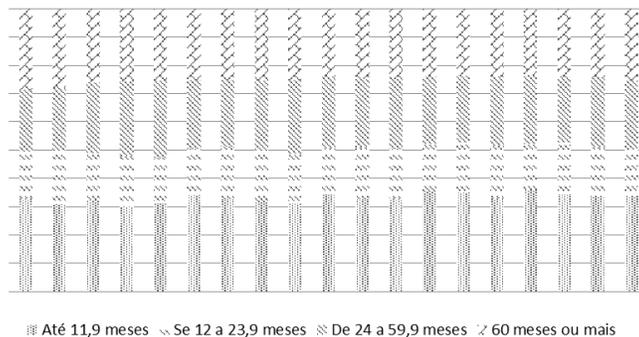
**Figura 6. Serviços: permanência no posto de trabalho (%) de 1995 a 2013.**



■ Até 11,9 meses ▽ De 12 a 23,9 meses ≡ De 24 a 59,9 meses ⊥ 60 meses ou mais

Fonte: RAIS (2015).

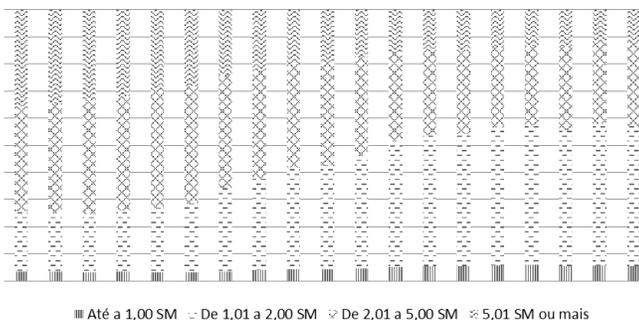
A indústria é o único setor que apresentou estabilidade nos postos de trabalhos de maior rotatividade (em torno de 33% com até 11,9 meses e 16% de 12 a 23,9 meses), crescendo o percentual daqueles que ficam de 24 a 59,9 meses no mesmo trabalho (de 21% para 24%) e diminuindo os que permanecem mais de cinco anos (de 28% para 25%), conforme ilustra a figura abaixo.

**Figura 7.** Indústria: permanência no posto de trabalho (%) de 1995 a 2013.

Fonte: RAIS (2015).

Corroborando a alta rotatividade dos postos de trabalho tem-se a remuneração média dos trabalhadores. Os três setores em questão apresentaram aumento significativo do percentual de trabalhadores que recebem de um a dois salários mínimos mensais, ultrapassando o percentual daqueles que recebiam de dois a cinco salários no final dos anos de 1999 e início da década de 2000.

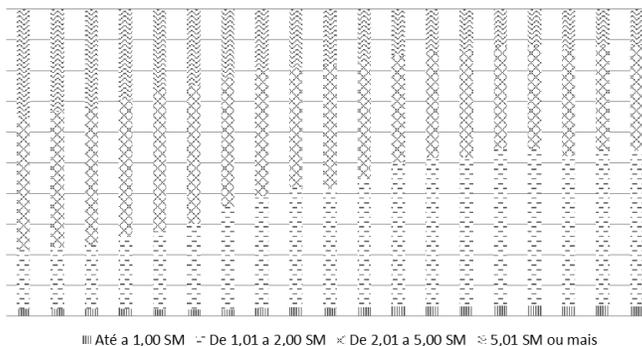
Quando se olha para o setor serviços (Figura 8) observa-se um percentual muito pequeno, porém crescente, de trabalhadores que recebem até um salário mínimo mensal. Já o percentual de trabalhadores que auferem de um a dois salários saltou de 21% em 1995 para 52% em 2013, aproximadamente. Em contrapartida, os que recebem de dois a cinco diminuiu de 40% para 30% e os que recebem acima de cinco salários caiu de 36% para 12%, no mesmo período.

**Figura 8.** Serviços: distribuição percentual da remuneração média dos trabalhadores (salário mínimo) – 1995 a 2013.

Fonte: RAIS (2015).

Através da Figura 9 pode notar que o comportamento do setor industrial foi bastante semelhante, apresentando aumento da participação daqueles que recebem de um a dois salários (19% em 1995 para 50% em 2013), diminuição do percentual de dois a cinco salários (44% para 34%) e acima de cinco (35% para 13%).

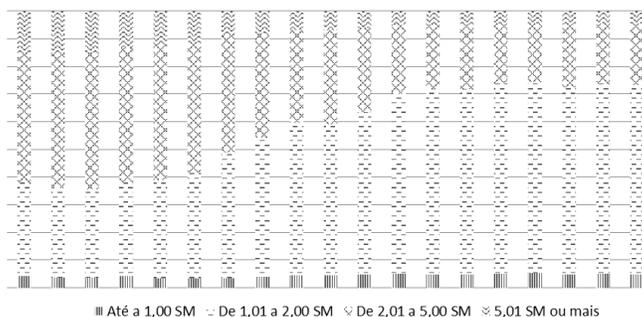
**Figura 9.** Indústria: distribuição percentual da remuneração média dos trabalhadores (salário mínimo) – 1995 a 2013.



Fonte: RAIS (2015).

Já para o comércio, os indicadores são mais alarmantes, conforme se comprova com a Figura 10. A participação daqueles que recebem até um salário também apresentou crescimento, porém com percentuais pequenos. A categoria de um a dois salários saltou de 34% em 1995 para 68% em 2013. A participação de dois a cinco salários caiu de 46% para 25% e acima de cinco salários reduziu de 16% para 3% entre 1995 e 2013.

**Figura 10.** Comércio: distribuição percentual da remuneração média dos trabalhadores (salário mínimo) – 1995 a 2013.



Fonte: RAIS (2015).

É possível ver que as mudanças nas faixas salariais começaram a ocorrer mais fortemente a partir dos anos 2000, se estabilizando somente após aproximadamente o ano de 2008. Neste intervalo as mudanças foram bruscas, o que pode ser explicado por mudanças nos valores dos salários mínimos nesse período, o qual apresentou elevação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo a relevância e aderência da teoria kaldoriana no que se refere à importância do setor industrial para o crescimento de uma nação, pode-se perceber, pelos dados apresentados, que a

economia brasileira vem sofrendo com o processo de perda de participação deste setor na atividade econômica.

A participação crescente dos setores serviços e comércio, em detrimento do setor industrial, na geração de produto, é acompanhada pela participação no mercado de trabalho. A alta rotatividade dos postos de trabalho no comércio e serviços tem aumentado com o passar do tempo, achatando a participação dos trabalhadores que permanecem cinco anos ou mais no emprego. Em contrapartida, a indústria apresentou estabilidade na participação dos postos de trabalhos de pequena permanência, caindo apenas três pontos percentuais a participação daqueles com maior tempo, evidenciando que o setor mais estável em permanência no emprego está perdendo espaço no mercado de trabalho devido seu encolhimento na geração de produto.

No que se refere à remuneração, no início da série, em todos os setores, a maior participação estava nas faixas salariais de dois a cinco e acima de cinco salários. Esta situação foi totalmente invertida a partir dos anos 2000, em que passou a predominar a faixa de um a dois salários. Novamente a indústria foi o setor que menos contraiu tais faixas salariais, representando em torno de 47% dos trabalhadores em 2013, ao passo que o serviços representou 42% e o comércio 28% apenas.

Estas constatações abrem caminho para novas perguntas sobre a atuação dos setores e o mercado de trabalho. Por exemplo, faz-se necessário estudar a qualidade destes postos de trabalho, ou seja, todos os setores apresentam a formalização do trabalho de forma semelhante ou existe uma precarização dos mesmos? Caso afirmativo, isto ocorre em todos os setores ou é predominante em algum especificamente? Frente a tais indagações, sinalizam-se novas frentes de pesquisa a serem investigadas na sequência.

**ABSTRACT:** Front the low growth of the Brazilian economy and loss of participation of the industrial sector in economic activity, featuring a deindustrialization process, this study sought to quantify the contribution of the main productive sectors, such as: industry, trade and services, to observe the contribution of each in the product generation. Later the labor market was analyzed, both, as regards the participation of sectors, such as the variables stay in the same job and average remuneration of workers. The main conclusion is that the industrial sector, although it has lost share in the labor market in the analyzed period, is the sector that has the lowest turnover in their jobs, and has the best salaries, compared to sectors services and trade.

**Keywords:** Industry; Salary; Turnover.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Brunu, CORSEUIL, Carlos Henrique L. **Análise da dinâmica do emprego setorial de 2014 a 2015**. Nota Técnica nº 23. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160115\\_notatecnica\\_disoc\\_23.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160115_notatecnica_disoc_23.pdf). Acesso em: 06 out. 2017.

BALTAR, Paulo. **Emprego, políticas de emprego e política econômica no Brasil**. Brasília: OIT, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.2). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2036.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

CARVALHO, P. A. L., GERIONI, E. M., BATISTA, H. R. Crescimento e emprego formal: uma análise setorial para o período 2000-2013. **Anais...** do XV Encontro Nacional da ABET, Rio de Janeiro, 06 a 09 de setembro de 2017. Disponível em: <http://abet2017.com.br/world-news/anais-2017/anais-gt-11-emprego-estrutura-ocupacional-e-rendimentos/>. Acesso em: 07 de out. de 2017.

CASTILHO, M. L., SPOLADOR, A. L., HIGACHI, H., QUEIROZ, P. V. Aplicabilidade da lei de Thirlwall em setores selecionados da economia brasileira: uma análise do período 1962 a 2008. **Anais...** do XIV Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL. Universidade Federal de Santa Catarina, 08 a 10 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.anpecsul2011.ufsc.br/?go=artigos>

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Custos do trabalho**: uma análise da indústria brasileira no período 1996-2012. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2050.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2050.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

GOFFREDO, Ana Maria M.; CASTILHO, Mara Lucy. Uma síntese sobre a competitividade internacional do Brasil: re-primarização da pauta de exportações ou desindustrialização? **Anais...** da XXIX Semana do Economista. Maringá, 2014.

GONZAGA, Gustavo. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. *Revista de Economia Política*, Rio de Janeiro 18(1): 120-140, 1998.

IPEADATA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Produto Interno Bruto de 1995 - 2013**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, São Paulo: v. 31, n 1, p 118-138, jan-mar 2011.

NASSIF, A. Há evidências de uma desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n.1 (109), p. 71-96, jan-mar 2008.

OREIRO, J. L. A macroeconomia da estagnação com pleno emprego no Brasil. **Revista de Conjuntura Econômica**, São Paulo: ano XIII, n. 50, p. 32-36, mar 2013.

RAIS. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Informações sociais de 1995 - 2013**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

SOARES C., MUTTER A., OREIRO J. L. Uma análise empírica dos determinantes da desindustrialização no caso brasileiro (1996-2008). **Texto para Discussão n° 361**. UNB, 2011.

THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico**: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. IPEA, 2005.

*Data da submissão: 30 Agosto 2016.*

*Data do aceite: 9 Outubro 2017.*